

CEDI - P. I. B.  
DATA 31/12/86  
COD I4D00023

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

(texto para discussão/  
circulação interna)

Carlos A. Ricardo  
janeiro de 1982.

## APRESENTAÇÃO

Este volume faz parte de um conjunto de publicações, resultado de um amplo projeto coletivo de pesquisa, iniciado em 1978, sob o título "Levantamento da Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil". O objetivo desse projeto é fazer um extenso levantamento da situação atual dos cerca de 150 povos indígenas que vivem no território nacional, através de um movimento cooperativo de informação e reflexão entre diferentes categorias de pessoas mais diretamente relacionadas às lutas dos povos indígenas em defesa dos seus direitos e interesses (1).

A importância de se processar e divulgar esse levantamento se deve a dois fatores básicos: primeiro, o que se sabe atualmente sobre as condições de existência dos povos indígenas no país, encontra-se em fontes desatualizadas, dispersas ou confidenciais; e, segundo, a atualização e publicação desses dados serão um instrumento de apoio às lutas dos povos indígenas em defesa dos seus direitos, por permitir aos próprios índios (ainda que muitas vezes de maneira indireta), a vários setores da sociedade na -

cional e à opinião pública internacional o conhecimento rigoroso, a denúncia fundamentada, o acompanhamento e a previsão dos efeitos dos processo de expansão da sociedade nacional sobre as áreas indígenas.

Essas afirmações estão baseadas em um duplo diagnóstico: de um lado, na avaliação dos levantamentos desse gênero feitos anteriormente (2) e, de outro, na necessidade sentida pelos vários setores envolvidos nas ações de apoio aos povos indígenas de se ter um quadro global para referenciar suas políticas, principalmente diante do novo processo de acupação econômica da Amazônia e da subordinação, também da política indigenista oficial, ao desenvolvimentismo autoritário, a partir dos anos 70 (3).

Nesse quadro, a meta de se completar o programa autônomo (4) de publicações até o final de 83, sob o título geral POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, envolve grandes desafios teóricos e práticos, como se verá, apenas esboçados nessa apresentação. Pela sua própria natureza e cronograma, este trabalho está aberto com relação às tradições teóricas das ciências sociais nesse campo. As conclusões serão múltiplas e a longo prazo, e aparecerão a cada volume. Um volume final procurará dar expressão ao movimento real de reflexão que a rede de colaboradores for capaz de produzir nesse período. Mesmo essa apresentação geral estará aberta à incorporação de acréscimos, correções e críticas.

O contexto institucional e político em que foram produzidos os levantamentos até meados dos anos 60 é bastante diferente daquele em que se inscreveram as atualizações feitas durante os anos 70 e o presente trabalho.

O antropólogo Darcy Ribeiro, quando escreveu os trabalhos aqui mencionados (ver nota 2), era diretor da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (5). Conforme ele mesmo afirma na abertura do ensaio "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil", serviu-se, principalmente, dos arquivos do SPI, "num levantamento exaustivo dos relatórios e outros documentos da Diretoria, das inspetorias regionais e dos Postos de ação local... realizado pelo autor no curso de uma pesquisa sobre o Processo de Assimilação das Populações Indígenas do Brasil Moderno, patrocinada pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco". Utilizou-se também, "como fonte básica, do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú e respectivos índices (6), adotando sua classificação linguística e muitas de suas indicações sobre localização, existência ou desaparecimento de

tribos. Como principal fonte bibliográfica, utiliz(ou) o Handbook of South American Indians (7) e, como fontes subsidiárias, um grande número de artigos e livros que proporcionam informações de primeira mão sobre grupos tribais. Socorre(u-se), ainda, em muitos casos, da própria experiência de campo, bem como conhecimentos diretos de diversos colegas e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios".

As mesmas condições básicas garantiram a atualização feita por José Maria da Gama Malcher, alguns anos depois. Ele se serviu principalmente do fichário preparado para o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (8) e também dos relatórios de campo fornecidos pelos missionários-linguistas do Summer Institut of Linguistics, há poucos anos no Brasil. As informações oficiais vinham à público. No prefácio de Índios, escrito em 1963, Heloisa Alberto Torres, então presidente do C.N.P.I., afirmava que a publicação correspondia "a um grande anseio dos interessados pelos nossos silvícolas e que os fichários oficiais não deviam ficar restritos "ao uso exclusivo da repartição". Convocava ainda os interessados a encaminhar novas informações e complementações de dados vagos.

Tanto o trabalho de Darcy Ribeiro, como o de Malcher, dedicados ao Mal.Rondon (9), serviram-se basicamente de recursos humanos e materiais do órgão oficial, no qual os autores ocupavam postos de relevo. É preciso lembrar que, naquela conjuntura (1955-64), as políticas de Governo - e por extensão a política indigenista - tornaram-se crescentemente permeáveis às pressões sociais. Vários cientistas reeditaram aí um velho pacto com a política indigenista oficial, contra o etnocídio das missões católicas e o genocídio das frentes de expansão da sociedade nacional(10).

As condições para se produzir atualmente um levantamento global e aprofundado a respeito da situação dos povos indígenas no país, alteraram-se bastante. A própria situação econômica e social do Brasil sofreu grandes modificações nesse período recente. Pelo menos dois grandes surtos desenvolvimentistas (os "50 anos em 5" de Juscelino Kubistchek, e o chamado "milagre" dos anos 1968/73), com acelerado crescimento econômico baseado no grande capital, implicaram, entre outras coisas, na ocupação de novas áreas, com a implantação de um sistema rodoviário, de hidroelétricas gigantescas e grandes projetos de mineração, extração vegetal, agropecuários e de colonização (11). Esse processo resultou, também, na ampliação e modificação das modalidades de contato da sociedade nacional com os povos indígenas, atingindo vários bolsões ainda isolados e aumentando as situações de conflito.

O regime político autoritário, que viabilizou o aprofundamento dessas tendências ao

nível da economia após 1964, atingiu também a política indigenista oficial e, por extensão, aos índios e demais setores envolvidos nesse campo de ação.

A substituição do SPI pela FUNAI, em 1967, inaugurou uma etapa de subordinação básica do órgão oficial de proteção aos índios ao modelo de "segurança e desenvolvimento"(12). Aos poucos, os espaços de autonomia e liberdade de ação em favor dos interesses das comunidades indígenas foram sendo suprimidos. Basta lembrar as periódicas dificuldades dos antropólogos em realizar trabalhos permanentes de pesquisa, de assessoramento aos departamentos da FUNAI e de projetos localizados de "desenvolvimento comunitário" em áreas indígenas. Atomizados, sem acesso regular às informações dos arquivos oficiais (13), os levantamentos globais que alguns antropólogos realizaram, não superaram o caráter de organização de dados mínimos (nome, língua, localização, população e situação de contato), obtidos em fontes bastante desiguais. Não obstante, a quantidade de pesquisas etnológicas e relatórios de área produzidos pelos antropólogos nos anos 70 é bastante expressiva (14).

Os indigenistas, ainda mais dependentes da mediação do Estado para realizarem o seu trabalho, tiveram uma década de enormes dificuldades, com altas taxas de rotatividade nos postos de base e frequentes rupturas com a política oficial(15). Ainda assim, uma copiosa massa de informações e relatórios foi elaborada e se encontra nos arquivos das Delegacias Regionais e nos arquivos centrais da FUNAI em Brasília.

No campo missionário, houve nesse período recente um aumento significativo da implantação das chamadas "missões pela fé" em áreas indígenas (16). As informações e o conhecimento que produzem a respeito das condições de vida dos índios com os quais trabalham são mantidas reservadamente em seus próprios arquivos. Na grande maioria estrangeiras, essas missões mantêm pouca ou quase nenhuma relação com as estruturas eclesiais nacionais, devendo maiores lealdades às suas próprias organizações no exterior. Na área católica, a novidade foi o surgimento de um movimento de renovação, nascido nas bases missionárias já no final dos anos 60. Esse movimento tomou corpo no CIMI, atualmente órgão oficial da CNBB para assuntos de pastoral indigenista, e na OPAN (17). O caráter nacional da Igreja Católica, embora suas bases missionárias recubram apenas uma parcela das áreas indígenas, permitiu que esforços de alguns missionários e, com o tempo, os dos regionais do CIMI, produzissem o levantamento mais abrangente e público dos anos 70 (18).

Em resumo, uma avaliação desse conjunto de levantamentos mais recentes, acaba por se defrontar com uma imagem fragmentada da realidade indígena. Romperam-se as condições

para que se pudesse realizar trabalhos globais, acessíveis e com rigor metodológico, a partir do Estado. O campo de interesses e ações em favor dos direitos dos povos indígenas, na atualidade, está fundado basicamente na sociedade civil (19). O ano de 1978 deu lugar a uma ampla mobilização da opinião pública nacional e internacional, comandada pelos setores mais diretamente envolvidos com a questão indígena e por lideranças indígenas emergentes a nível nacional (20).

Duas questões principais foram alvo de intensos debates e confrontos entre, de um lado, os representantes da política indigenista oficial que propugnavam a emancipação jurídica das comunidades indígenas - intenção atualmente metamorfoseada na elaboração dos chamados "critérios de indianidade" (21) - e, de outro, lideranças indígenas, indigenistas, antropólogos, missionários católicos e protestantes, jornalistas, juristas e tantos outros, que defendiam a demarcação das terras indígenas.

Um dos resultados dessa mobilização foi o encontro das diferentes categorias que compõem o campo de ação pró-índio a nível da sociedade civil e a consciência de que a continuidade e conjugação dos seus esforços dependeria, entre outras coisas, da existência de um conjunto amplo e homogêneo de informações acessíveis. Nesse terreno o presente levantamento deitou raízes, armou sua rede de colaboradores, da qual depende basicamente para sua realização.

Uma das dificuldades sempre presente neste tipo de trabalho é a definição da unidade de apuração (22) e de apresentação dos dados a considerar (23). Tratou-se aqui de elaborar algumas definições mínimas de caráter pragmático e arbitrário, que permitissem a divisão de trabalho entre uma extensa rede de colaboradores, cobrissem toda a população indígena existente no território nacional e fossem suficientemente sensíveis para captar a variabilidade de suas situações de existência, sobre as quais há, principalmente, indagações e perplexidades. Nesse sentido, o "Levantamento da Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil" não tem, a priori, compromissos com os sistemas de classificação a que chegaram trabalhos anteriores (24).

Não seria possível, nem desejável, dado o caráter do processo de produção desse Levantamento, adiantar categorias de agrupamento das informações com sentido interpretativo de longo alcance, mesmo porque, a publicação dos resultados se dará parceladamente, antes que a fase de investigação esteja encerrada. Só então, será possível o cruzamen

to de variáveis, a discussão de categorias interpretativas mais gerais e o confronto teórico com trabalhos anteriores do mesmo gênero.

Para a fase de investigação, privilegiam-se as informações pós 1960 e, sempre que possível, por grupo local. Embora a noção de grupo local seja bastante variável, reque-  
rendo uma avaliação caso por caso (25), sua utilização na coleta de informações ex-  
pressa a preocupação de se aferir a realidade particular e a variabilidade concreta  
das situações em que se encontram as populações indígenas atualmente, isto é, princi-  
palmente após 1960. Para cada grupo local, unidade variável básica de informação, pro-  
cura-se coletar um conjunto mínimo de dados, através de diferentes fontes (26). A sis-  
tematização dessas informações aparecerão, pouco a pouco, publicadas por ÁREA e or-  
ganizadas por POVO INDÍGENA. Chegou-se, depois de sucessivas acomodações, à delimita-  
ção de 18 Áreas (27), cada qual geograficamente contínua e recobrando, salvo novas  
informações, todas as populações indígenas de que se tem notícias atualmente.

A categoria POVO INDÍGENA, comanda a aglutinação dos dados nas fases de classificação  
e apresentação do material. Com essa função básica, a noção recobre realidade bastan-  
te variáveis e, frequentemente, atravessa a divisão em Áreas. Há casos, por exemplo,  
em que um mesmo povo indígena aparece em Áreas diferentes; ou Áreas diferentes que es-  
tão sujeitas a uma mesma frente de expansão econômica. Procurar-se-á evitar repetições,  
valendo-se de um sistema de remissões, sem perder de vista a variabilidade das situa-  
ções concretas e reunindo algumas informações exclusivamente na Área de origem e/ou  
de concentração básica da população atual de um determinado povo indígena.

Nos casos de povos indígenas diferentes, mas considerados regional e/ou nacionalmente  
como um mesmo povo - aos quais se atribui frequentemente designações genéricas - a  
decisão pelo desdobramento levará em conta o critério básico da auto-denominação e  
também uma série de outras ponderações que envolvem aspectos linguísticos, de organi-  
zação social, de ocupação real ou potencial de território, de relações inter-étnicas  
e outros. Os casos de povos indígenas diferentes, mas conhecidos pelo mesmo nome, são  
de solução mais simples, apelando-se também para a auto-denominação ou agregando-se  
algum designativo para marcar a distinção. As informações sobre os chamados "índios  
desaldeados" estarão referidas aos seus grupos de origem que se encontram "aldeados"  
na atualidade. Quando isso não for possível, ainda assim, os dados serão considera-  
dos nas publicações dos resultados pelas Áreas correspondentes. Finalmente, nos casos  
de povos indígenas com ramificações além das fronteiras nacionais, também serão incor-  
poradas informações, mais com um sentido de referência, do que se passa em outros países.

Um aspecto central desse Levantamento diz respeito ao processo de trabalho. As fases previstas para a produção de cada volume de Área são as seguintes:

- 1º) levantamento e organização das informações disponíveis por grupo local/POVO. Nessa fase, levanta-se e contata-se a rede potencial de colaboradores da Área, apresetando-lhes a proposta de participarem de todo um processo coletivo de produção e distribuição de conhecimento. As pessoas que aderem ao trabalho nessa perspectiva são consideradas colaboradores efetivos, cuja contribuição inicial se dá através do preenchimento das fichas-padrão, cessão de fotos, relatórios, artigos, teses, etc.
- 2º) redação da primeira versão. Essa fase é auxiliada pelas "Soluções Editoriais: orientações para redação", documento elaborado pela equipe de edição(28) após a experiência do volume JAVARI e que foi enviada aos coordenadores de Área (29) em 23/07/81.
- 3º) edição da primeira versão, feita pela equipe de edição, trata de garantir um mínimo de padrão para a série de publicações. Acompanhamento do coordenador e/ou colaborador(es) de Área.
- 4º) rediscussão da primeira versão editada pela rede local de colaboradores efetivos e leitura por parte dos consultores(30). A equipe de edição em combinação com o coordenador da Área deve captar e sistematizar, durante esse processo, as sugestões, dúvidas, questionamentos, etc.
- 5º) pesquisas complementares, a serem feitas a partir de arranjos variáveis que envolvam a rede local de colaboradores, a equipe de edição e os consultores e apoiadas também no arquivo do CEDI em São Paulo(31).
- 6º) redação e edição da segunda versão (com a inclusão dos resultados das pesquisas complementares, reordenamentos, etc.). Também nessa fase o relacionamento entre a equipe de edição e os colaboradores de Área deve ser intensa.
- 7º) produção gráfica. Essa fase implica nos seguintes passos, resumidamente: datilografia dos originais em laudas, fotocomposição, revisões de composição, diagramação, pestape, arte-final, fotolito e impressão.

A distribuição das publicações (serão 3 mil exemplares de cada volume) deverá seguir basicamente os seguintes critérios: um terço para os colaboradores, outro terço para pessoas e instituições indicadas pela rede de colaboradores da Área (volume) em questão e o restante para permutas com pessoas e instituições que possam acrescentar material de interesse ao acervo do Levantamento.

O Levantamento pretende, uma vez publicados os volumes de Área, fazer um trabalho constante de atualização e divulgação de informações .

Carlos Alberto Ricardo

São Paulo, janeiro de 1982.

## NOTAS

(1) Antropólogos, fotógrafos, indigenistas, índios, jornalistas, linguistas, médicos, missionários católicos e protestantes e outros.

(2) O trabalho mais importante desse tipo foi escrito por Darcy Ribeiro e publicado em 1957 sob o título "Culturas e Línguas Indígena do Brasil" (in Educação e Ciências Sociais, ano II, vol.2, nº6, Rio de Janeiro, 1957, pp. 4-102). A versão mais conhecida do texto foi publicada posteriormente e de maneira resumida (capítulo VIII, "As etapas de Integração") no livro Os Índios e a Civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno (Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970), marco teórico e político fundamental da antropologia e do indigenismo no Brasil.

Anteriormente, havia por parte do Estado uma preocupação estatística, de controle, da qual resultaram os mapas estatísticos dos aldeamentos, frequentes já durante o Império (ver a respeito o "Apêndice" da tese de Carlos de Araújo Moreira Neto, A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX, Rio Claro, 1971, mimeo).

Posteriormente, houve atualizações da lista de tribos e informações básicas (nome, língua, localização, população e grau de contato): por José Maria da Gama Malcher em Índios: Grau de Integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização (Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publicação nº 1, Nova Série, Rio de Janeiro, 1964); Dale Kietzman em "Indian and Culture Areas of Twentieth Century Brazil" (in Hopper, J.H., ed., Indians of Brazil in the Twentieth Century, Institut for Cross-Cultural Research, Washington, 1967, pp.1-68); Silvío Coelho dos Santos em "Grupos Indígenas do Brasil" (in La Situacion del Indígena en America del Sur, Tierra Nueva, Montevideo, 1972, pp.425-433); Carlos A. Dória e Carlos A. Ricardo em "Populations indigènes du Brésil: Perspectives du survie dans la région dite 'Amazonie Légale'" (in Bulletin de la Société Suisse des Américanistes, nº36, 1972, pp.19-35) e Pe. Egdio Schivade em "Quadro Geral da População Indígena" divulgado pela primeira vez em 1978 (Cimi, mimeo) e com várias republicações atualizadas (a última está na Revista de Cultura Vozes, ano 75, nº6, agosto de 1981, pp.67-73).

Vale ainda mencionar alguns projetos de grande fôlego que, por razões várias, não chegam a ser realizados: a Summa Etnológica, proposta de Eduardo Galvão, no tempo que estava na Universidade de Brasília e, mais recentemente, o plano elaborado por Julio

Cesar Melatti com o título de "Índios Atuais da América do Sul: Áreas Culturais e Povos de Articulação" que previa a publicação de 27 fascículos.

(3) Nesse mesmo período houve a "descoberta" por parte de vários setores ligados diretamente aos povos indígenas da amplitude e profundidade dos processos de "resistência étnica" e a formação de uma consciência de que, embora se transformando, os Índios estão aí para ficar. Uma das consequências dessa descoberta - apoiada na evidência de que a população indígena no Brasil como um todo está crescendo, embora ainda pese a ameaça do genocídio sobre vários povos, especialmente na fase dos primeiros contatos - foi a necessidade de se pensar o futuro do Brasil com Índios. Nesse contexto surgiram novos termos, na medida mesma em que todo um quadro de categorias entrou em crise: a idéia básica de integração das populações indígenas à comunidade nacional passou a fazer parte exclusivamente da política indigenista oficial e demais setores a ela ligados. De outra parte, setores interessados em apoiar as várias lutas de povos indígenas específicos em defesa dos seus direitos, passaram a valorizar as noções de "resistência étnica", "auto-determinação", "povos indígenas", "nações indígenas", etc.

(4) Autonomia com relação ao mercado e ao Estado; este Levantamento conta com 80% de trabalho voluntário de uma extensa rede de colaboradores e verbas de ajuda inter-eclésiástica. É patrocinado pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1973, com sede no Rio de Janeiro e sucursal em São Paulo.

(5) Formado pela Escola de Sociologia e Política (São Paulo), em 1946, Darcy Ribeiro ingressou no SPI logo em 1947. Entre 1952 e 56 dirigiu a Seção de Estudos do órgão, criando em 1953 o Museu do Índio. Em 1957 dirigiu a divisão de Pesquisas Sociais e Educacionais do Centro de Pesquisas Educacionais. Nessa época fundou e dirigiu a Revista Educação e Ciências Sociais, na qual publicou alguns de seus trabalhos, entre os quais o levantamento sobre a situação indígena já mencionado anteriormente.

(6) Elaborado em 1944, os originais desse mapa e índice encontram-se no Museu Nacional (RJ) e servem de base para uma publicação em elaboração pelo IBGE.

(7) Na introdução ao Handbook (vol.1) Julian Steward (o editor) dá alguns dados in-

teressantes sobre o suporte institucional que tornou possível a obra. Ela teve sua preparação iniciada pelo Smithsonian Institution através do Bureau of American Ethnology. A partir de 1940 o projeto passou a fazer parte do programa do Interdepartamental Committee on Cultural and Scientific Cooperation, mantido pelo Congresso dos Estados Unidos da América do Norte, através do Departamento de Estado e do National Research Council. A tarefa reuniu, de forma cooperativa, mais de 200 cientistas das Américas que contribuíram para a preparação dos manuscritos. Apesar das dificuldades e dos atrasos surgidos em função da Guerra, o prazo para a reunião do material e início das publicações, que havia sido calculado inicialmente em cinco anos, pode ser reduzido para quatro.

O objetivo geral do Handbook é o mesmo expresso pelo Committee of the National Research Council: fornecer um sumário conciso dos dados existentes sobre as tribos indígenas da América do Sul para fornecer uma obra de referência para o investigador, um livro de texto para o estudante e um guia para leitor comum (general reader). Ao mesmo tempo, pretendia fazer um balanço do presente estado do conhecimento, revelando suas deficiências e sugerindo problemas que estimulariam pesquisas de campo ou bibliográficas. A publicação final, editada entre 1946 e 1950, compreendeu uma série de seis volumes. Desses abordam especificamente grupos indígenas no Brasil, o volume I (The Marginal Tribes, 1946), o volume III (The Tropical Forest Tribes, 1948), o volume V (The Comparative Ethnology of South American Indians, 1949).

(8) Instituído pelo decreto 1.794 de 22 de novembro de 1939, o CNPI tinha como finalidade proceder ao estudo de todas as questões que se relacionassem com a "assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas". Cabia ainda ao Conselho, "sugerir ao Governo a adoção de todas as medidas necessárias à consecução das finalidades do Serviço de Proteção aos Índios e do próprio Conselho". ("Serviço de Proteção aos Índios", por Adalberto Mário Ribeiro, Separata da Revista do Serviço Público, ano VI, vol. III, nº3, 1943, págs. 43-44). O Conselho era composto de sete membros, designados por decreto do Presidente da República "dentre pessoas de ilibada reputação e com provada dedicação à causa da integração dos Índios à comunhão nacional" (idem, op. cit. pg. 43). Seu primeiro presidente foi o gal. Cândido Rondon.

(9) Ver a respeito "A Obra Indigenista de Rondon", de Darcy Ribeiro (in Uirã sai à procura de Deus. Ensaios de Etnologia e Indigenismo, 2ª ed., RJ, Paz e Terra, 1976)

(10) Ver a respeito o capítulo V "A Política Indigenista Brasileira", in Os Índios e a Civilização de Darcy Ribeiro.

(11) Os efeitos e implicações futuras desse processo de expansão, no que diz respeito aos povos indígenas - especialmente na chamada "Amazônia Legal" - não foram, até agora, examinados em profundidade e na sua totalidade. A única exceção digna de nota é a obra de Shelton Davis (Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil, Zahar Eds., Rio de Janeiro, 1978), que, embora contendo informações valiosas sobre a tendência geral do processo, detêm-se apenas sobre sete casos concretos. Alguns casos mais chocantes (bombardeio de aldeias, dizimação por epidemias, expropriação sumária e oficial de territórios) chegaram às manchetes da imprensa; porém, a história recente, a situação atual e as perspectivas da imensa maioria dos povos indígenas no país permanecem encobertas.

(12) Ver a respeito os ensaios de Fernando Henrique Cardoso reunidos no livro Autoritarismo e Democratização (Paz e Terra, RJ, 1975), especialmente "O Modelo brasileiro de desenvolvimento: dados e perspectivas", pp. 63-99 e "A questão da democracia", pp. 233-240.

(13) Um grupo de onze pesquisadores do presente Levantamento obteve autorização para consultar os arquivos da FUNAI (Delegacias, Ajudâncias, Brasília e Museu do Índio), pelo período de seis meses a partir de 16 de janeiro de 1980. No dia 4 de setembro do mesmo ano foi enviado um novo pedido de autorização, dessa vez com 31 pesquisadores. Sucessivos empecilhos burocráticos tem obstado, até o momento, os pesquisadores de obterem essa autorização, o que prejudica sensivelmente o trabalho.

(14) Julio Cesar Melatti, consultando uma lista de autorizações de pesquisa elaborada na Divisão de Estudos e Pesquisas da FUNAI, cobrindo os anos de 1974 a 1980, identificou oitenta e seis projetos, dos quais 69 desenvolvidos por pesquisadores brasileiros (ou radicados no Brasil) e 17 por estrangeiros. Ver mais informações a respeito em MELATTI, J.C.: "A Etnologia das Populações Indígenas do Brasil nas duas últimas décadas", mimeo., 34 páginas, artigo a ser publicado no Anuário Antropológico 80.

(15) Fara citar apenas um exemplo, vale lembrar que em julho de 1980, a FUNAI demitiu dos seus quadros 21 funcionários, todos membros da recém fundada Sociedade Brasileira de Indigenistas.

(16) Refiro-me aqui a um conjunto de organizações missionárias, do qual o Summer Institut of Linguistics e as Novas Tribos do Brasil são as mais conhecidas. Ver a respeito o artigo de Rubem Cesar Fernandes "As Missões Protestantes em Números", in Cadernos do Iser, nº 10, RJ, s.d., pp. 27 a 83.

(17) Ver a respeito a cronologia elaborada por Fany Ricardo: "O Conselho Indigenista Missionário. Cronologia da Pastoral Indigenista", in Cadernos do Iser, nº 10, RJ, s.d., pp. 1 a 25.

(18) Esse levantamento veio à público, ao longo de alguns anos, de forma variada: através de listas de povos indígenas com informações básicas (nome, língua, localização e população); de relatórios regionais, documentos de encontros de lideranças indígenas e de uma enorme quantidade de denúncias de casos concretos veiculados principalmente pelo Boletim do Cimi (desde setembro de 1972) e pelo jornal mensal Forantim (desde junho de 1979).

(19) Na segunda metade dos anos 70, surgiram nos grandes centros urbanos de todo o país entidades civis de apoio aos povos indígenas (ANAI's, CPI's, etc.), formadas por antropólogos, médicos, advogados, estudantes e outros. Foi criada no Congresso Nacional uma Sub-comissão para assuntos indígenas e surgiu a União das Nações Indígenas (UNI), a primeira organização indígena com pretensões nacionais da história do Brasil. Esses esforços, somados a tantos outros, apontam no sentido de transformar a questão indígena em questão de democracia. Nesse mesmo período, o Regime Autoritário vigente no país, transformou a questão indígena em questão de segurança nacional. Além da nomeação para presidente da FUNAI de um militar diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional, notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que há estudos para a vinculação do órgão oficial de proteção aos índios ao CSN (FSP, 08/12/81).

Ver um resumo dessa conjuntura na publicação ACONTECELI: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1980, especial 6, abril de 1981, CEDI.

(20) Ver a respeito "A Questão da Emancipação", Cadernos da Comissão Pró-Índio/SF, nº 1, São Paulo, Ed. Global, 1979.

(21) Ver a respeito "'Critérios de Indianidade' ou Lições de Antropologia", de Manuela Carneiro da Cunha, publicado na Folha de São Paulo em 12/01/81; e "Antropólogas acusam a FUNAI de 'racismo'", entrevista feita por Pedro Del Picchia com Lux Vidal e Eunice Durhan, FOLHA DE SÃO PAULO de 04/10/81.

(22) Ver a respeito a solução encontrada por Darcy Ribeiro em "Os Índios e a Civilização", *op. cit.*, pág. 230.

(23) Os itens investigados pelo presente Levantamento, para cada povo indígena, são os seguintes: nome, língua, localização, população, histórico do contato, modo de vida, tutela e assistência (com ênfase na educação escolar e serviços de saúde), situação atual das terras e fontes de informação.

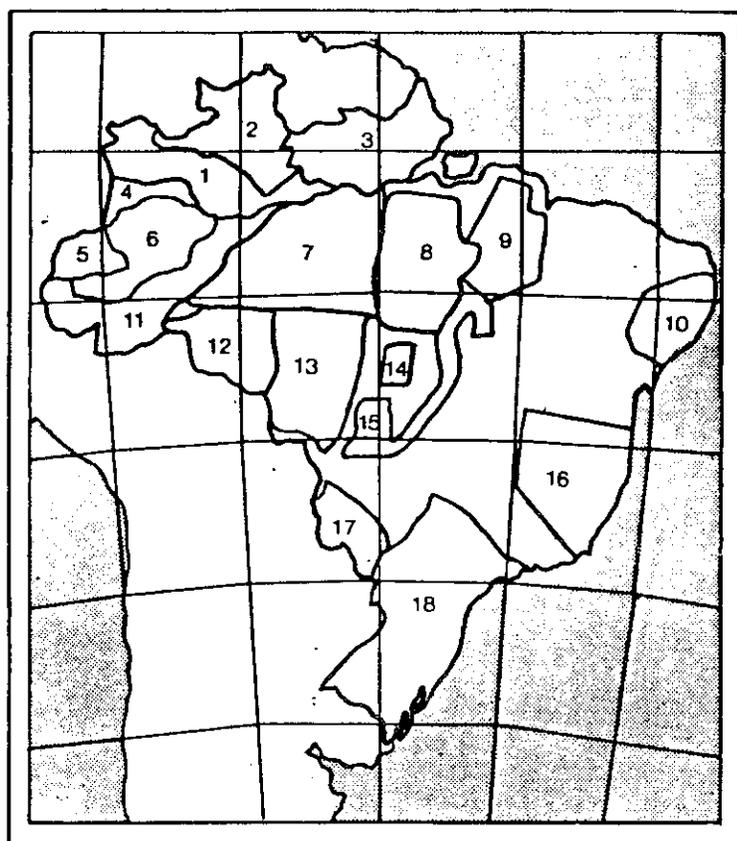
(24) Esse Levantamento não enfatiza, por exemplo, como critério central de corte para a investigação "as experiências de relação dos grupos indígenas com a civilização", como o fez Darcy Ribeiro para chegar à tipologia das situações de contato. O mesmo acontece com relação às "áreas culturais" definidas por Eduardo Galvão em seu trabalho "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959" (Comunicação apresentada à IV Reunião Brasileira da ABA, julho de 1959 em Curitiba e republicado em Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil, Ed. Paz e Terra, RJ, 1979, pp. 193-228.

(25) Ver ainda Darcy Ribeiro em "Os Índios e a Civilização", *op. cit.*, pág. 230.

(26) O instrumento básico de coleta de informações mínimas para cada "grupo local" é uma ficha-padrão, com 59 perguntas a serem respondidas pelos colaboradores que tem conhecimento direto de algum grupo indígena. Um mesmo grupo local de um mesmo povo indígena pode contar com mais de uma ficha-padrão, preenchidas por diferentes colaboradores. Outras fontes utilizadas são: bibliografia, relatórios de área (quase sempre não publicados), recortes de periódicos e fotografias. É dada importância especial à informação visual, tanto na fase de pesquisa como na publicação dos resultados. Daí porque se está fazendo uma ampla coleta de material

nesse sentido, em arquivos públicos e particulares, em órgãos de imprensa, fotógrafos profissionais e amadores. No arquivo do Levantamento são mantidas apenas cópias fotográficas, devidamente identificadas, cedidas especificamente para as publicações de caráter não-comercial. Outro item especial da investigação é um levantamento de coleções etnográficas de índios brasileiros que estão espalhadas em dezenas de Museus no Brasil e no exterior.

(27)



1. Noroeste Amazônico
2. Roraima
3. Amapá/Norte do Pará
4. Solimões
5. Javari
6. Juruá/Jutaí
7. Tapajós/Madeira
8. Sudeste do Pará
9. Maranhão
10. Nordeste
11. Acre/Purus
12. Rondônia
13. Oeste do Mato Grosso
14. Parque Indígena do Xingú
15. Leste do Mato Grosso/Goias
16. Leste
17. Mato Grosso do Sul
18. Sul

(28) Equipe de edição:

Editores de texto: Luiz Roncari e Carlos A. Ricardo

Editora de Arte: Diana Mindlin

Editor de foto: Vincent Carelli

Produtor Gráfico: Maurício Fiza

Mapas e Diagramas: Maurício Fiza e André Amaral

Arquivo e Secretaria: Fany Ricardo e André Amaral

Sistema de Distribuição: Marta Azevedo

(29) A função dos coordenadores de Área é importante para garantir a ligação entre os colaboradores e a equipe de edição e conseguir, através de reuniões, correpondências e contatos, a efetiva produção coletiva de conhecimento. Na prática essa perspectiva encontra várias dificuldades que devem ser superadas com arranjos práticos, Área por Área, que viabilizem o mutirão necessário para se dar conta do trabalho. A maioria dos atuais coordenadores de Área é de antropólogos. Há também missionários nessa função e casos de dupla coordenação. No caso da coordenação de Área, como de resto no funcionamento do trabalho como um todo, a prática apresenta variações e limites. A coordenação geral e a equipe de edição - em combinação com os coordenadores e colaboradores efetivos - estão empenhadas em maximizar a perspectiva coletiva do trabalho e, ao mesmo tempo, documentar sua realização efetiva, passo a passo. A crônica desses esforços será registrada na apresentação específica de cada volume.

(30) Consultores (essa relação poderá ser modificada):

Coleções Etnográficas: Dominique T. Gallois

Etno-História: João Facheco de Oliveira F? e Mécio Gomes

Etnologia: Anthony Seeger e Julio Cesar Melatti

Línguas Indígenas e Grafia de Nomes: Ionne Leite e Maurizio Gnerre

Mapas: Agamenon Dantas

Fadronização Editorial: Leda Maria B. V. Leite

Saúde: Rubens Brando

Terra: Alfredo Wagner B. de Almeida, José de Souza Martins e Neide Esterici.

(31) Esse arquivo (texto e foto classificados por Fovo Indígena/Área e, secundariamente por temas afins à questão indígena) foi montado em função do Levantamento e, até o término das publicações, é de uso exclusivo - por razões funcionais - dos colaboradores.